

Artigos

A divisão de turismo e divertimentos públicos do departamento de cultura da cidade de São Paulo

The division of tourism and public entertainment of the department of culture of the city of São Paulo

La división de turismo y de entretenimiento público del departamento de la cultura de la ciudad de São Paulo

Sênia Regina Bastos¹

¹Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, SP, Brasil.

Palavras-chave:

História do Turismo.
Departamento de Cultura.
Divisão de Turismo e Divertimentos
Públicos.
São Paulo-SP.

Resumo

A relevância econômica da atividade turística constitui importante fator na tomada de decisão de fomentá-la em muitos municípios brasileiros, inclusive da Prefeitura da cidade de São Paulo nos anos de 1930. Para tanto, uma repartição destinada a gerir essa atividade foi estabelecida no âmbito do Departamento de Cultura (DC) e constitui o foco do artigo, que tem por objetivo compreender a importância do turismo na política cultural municipal, caracterizar as atribuições e analisar as atividades desenvolvidas pela Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos. Definida como uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo, adota a análise de conteúdo para perscrutar as fontes de natureza diversa, compostas por jornais, legislação, processos administrativos etc. A influência da gestão pública do Distrito Federal no planejamento e, conseqüentemente, na construção da narrativa da cidade de São Paulo como destino turístico nos anos de 1930 constitui a principal contribuição do estudo, em um período de ausência de diretriz federal para o setor. Os investimentos públicos no carnaval e a relutância na aprovação das propostas emanadas da Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos (DTDP) encaminham à conclusão de que as diretrizes dos investimentos municipais para a configuração da cidade como um destino turístico eram definidas em instância superior ao DC e não integravam sua política cultural; ainda assim, a repartição conquistou representatividade externa para tratar os assuntos relativos ao turismo na cidade e foi mobilizada para apoiar a organização dos eventos públicos promovidos pela municipalidade.

Keywords:

History of Tourism.
Department of Culture.
Division of Tourism and Public Entertainment.
São Paulo, SP.

Abstract

The economic importance of tourism is a key reason for developing it in many Brazilian municipalities, as was the case of São Paulo City Hall in the 1930s. For this purpose, a division to manage this activity was established within the Department of Culture (DC). This Department is the focus of the present article, which aims to understand the importance of tourism in the municipal cultural policy, describe the responsibilities, and analyze the activities developed by the Division of Tourism and Public Entertainment. Defined as a qualitative descriptive research, it uses content analysis to scrutinize sources of different nature, composed of newspapers, legislation, administrative processes, etc. The influence of the public management of the Federal District on the planning and, consequently, on the construction

of the narrative of the city of São Paulo as a tourist destination in the 1930s is the main contribution of the study, in a period when federal guidelines for the sector did not exist. Public investment in carnival festivities and the reluctance to approve the proposals issued by the Division of Tourism and Public Entertainment (DTDP) suggest that the guidelines of the municipal investments for the configuration of the city as a tourist destination were defined at a higher level than the DC and were not part of its cultural policy, yet the division gained external representativeness to deal with tourism issues in the city and was mobilized to support the organization of public events promoted by the municipality.

Palavras chave:

Historia del Turismo.
Departamento de Cultura.
División de Turismo y de Entretenimiento Público.
São Paulo/SP

Revisado por pares.
Recebido em: 08/03/2019.
Aprovado em: 18/09/2019.



Resumen

La relevancia económica de la actividad turística constituye un importante factor en la toma de decisión de fomentarla en muchos municipios brasileños, incluso del Ayuntamiento de la ciudad de São Paulo en los años 1930. Con este fin, se estableció una sección destinada a gestionar esa actividad en el ámbito del Departamento de Cultura (DC) y constituye el foco del artículo, que tiene por objetivo comprender la importancia del turismo en la política cultural municipal, caracterizar las atribuciones y analizar las actividades desarrolladas por la División de Turismo y de Entretenimiento Público. Definida como una investigación cualitativa de carácter descriptivo, adopta el análisis de contenido para examinar las fuentes de naturaleza diversa, compuesta por periódicos, legislación, procesos administrativos etc. La influencia de la gestión pública del Distrito Federal en la planificación y, consecuentemente, en la construcción de la narrativa de la ciudad de São Paulo como destino turístico en los años 1930 constituye la principal contribución del estudio, en un período de ausencia de directriz federal para el sector. Las inversiones públicas en el carnaval y la resistencia en aprobar las propuestas emanadas de la División de Turismo y de Entretenimiento Público (DTDP) se refieren a las conclusiones que las directrices de las inversiones municipales para la configuración de la ciudad en un destino se definieron en una instancia superior al DC y no integraron su política cultural. Sin embargo, la división obtuvo la representatividad externa para ocuparse de las cuestiones turísticas en la ciudad y se ha movilizaba para apoyar la organización de eventos públicos promovidos por el municipio.

Como citar: Bastos, S. R.; (2020). A divisão de turismo e divertimentos públicos do departamento de cultura da cidade da cidade de São Paulo. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, São Paulo*, 14 (1), p. 56-72, jan./abr. <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v14i1.1659>

1 INTRODUÇÃO

O Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo constitui objeto de diferentes abordagens, quer em razão da política cultural inovadora, no âmbito da gestão pública, quer em virtude dos intelectuais envolvidos no seu projeto e funcionamento; todavia, sua Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos (DTDP) não despertou o interesse desses pesquisadores (Sandroni, 1988; Rubino, 1989; Abdanur, 1992; Carlini, 1993, 2000; Faria, 1995; Costa, 1997; Raffaini, 2001; Barbato Júnior, 2004; Nogueira, 2005; Botelho, 2007; Claro, 2008; Gomes, 2008; Jeronimo, 2013).

Responsável pelo desenvolvimento do turismo na cidade de São Paulo, competia ao Departamento de Cultura (DC) a realização de propaganda, tanto no país quanto no exterior, bem como a organização de exposições anuais, promoção de atividades variadas e a criação de um restaurante de culinária brasileira. A sustentabilidade econômica de seu programa de atividades advinha, em parte, da arrecadação de impostos sobre divertimentos, espetáculos, campeonatos e torneios esportivos, evidenciando a organicidade de sua concepção (Ato n. 861, 30/05/1935; Ato n. 1.146, 04/07/1936).

Integrado a um contexto de ausência de diretriz federal para a atividade turística no país, o exame das atribuições e atividades da Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos do DC revela a influência da gestão pública do Distrito Federal na administração municipal de São Paulo e no planejamento de sua narrativa como destino turístico, contributos desta pesquisa à historiografia do turismo.

Ao dispor o turismo no âmbito desse Departamento, verifica-se a institucionalização da atividade como matéria cultural, o que significaria a orientação de seu foco à experiência proporcionada com a visitação e à transformação operada no turista, fatores que exigiriam a adaptação do modelo carioca ao escopo do DC. Com tais conjecturas formulou-se o seguinte problema de pesquisa: qual foi o papel do turismo na política cultural da cidade de São Paulo na segunda metade da década de 1930?

Trata-se de um prisma de análise contextualizado no período de 1935 a 1940, no qual se observa a estratégia de ampliação da cidadania decorrente do acesso às atividades culturais até então inacessíveis¹ à maioria da população da cidade, a exemplo do que fora projetado e iniciado no Distrito Federal, com relação à educação e à saúde².

O artigo focaliza o Departamento de Cultura da cidade de São Paulo e objetiva compreender a importância do turismo na política cultural municipal, caracterizar as atribuições e analisar as atividades desenvolvidas pela Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos.

O *corpus* documental reúne fontes de natureza diversa e adota a análise de conteúdo para a interpretação dos documentos selecionados, o que caracteriza a pesquisa como qualitativa e descritiva (Bauer & Gaskell, 2002; Bardin, 2009).

Iniciando pela exposição do referencial teórico, segue-se a concepção do Departamento de Cultura e sua Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos, sucedida por apreciação da efetivação do turismo na administração pública na década de 1930. A exposição dos procedimentos metodológicos antecipa a discussão das propostas e realizações da Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos, finalizada com a conclusão do artigo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O entendimento histórico do conceito e construção do modelo de turismo é importante para a compreensão de seu papel em determinada sociedade, numa época específica (Towner, 1988; Castro, 1999; Walton, 2005). Empreendimento interdisciplinar que necessita de investigações interculturais e interdisciplinares, o turismo apresenta conexão à política, à diplomacia, aos aspectos culturais, sociais, entre outros (Walton, 2005, 2009).

Por adotar a perspectiva histórica, a pesquisa apoia-se nos estudos que também a seguem, ao analisar instituições públicas de turismo e descortinar os escopos e as dinâmicas de atuação nas diferentes instâncias governamentais (Daibert, 2010, 2011, 2016; Guimarães, 2011, 2012; Marcelo, 2011; Marroquim, 2015), ao passo que a contextualização das medidas administrativas implementadas na gestão municipal apoia-se na historiografia do governo Vargas, nos estudos históricos sobre a administração do Distrito Federal-RJ (Mourelle, 2010, n.d.) e de município com vocação turística (Marrichi, 2015), bem como sobre a mudança da relação da prefeitura com o carnaval, para incremento da visitação turística internacional do Rio de Janeiro (Almeida, 2013).

Correlatos do mesmo período relativos à Argentina (Piglia, 2008, 2011) e à Alemanha (Semens, 2005) possibilitam uma abordagem relacional sobre a regulação da atividade e definição de políticas de turismo em outras sociedades, como também sobre a influência da iniciativa privada nesse âmbito.

Análises sobre o Departamento de Cultura conferem à sua política cultural caráter precursor e atribuem ao prefeito Fábio Prado o pioneirismo na modernização da administração pública municipal de São Paulo (Sandroni, 1988; Rubino, 1995; Abdanur, 1992; Carlini, 1993, 2000; Faria, 1995; Costa, 1997; Raffaini, 2001; Barbato Júnior, 2004; Nogueira, 2005; Botelho, 2007; Claro, 2008; Gomes, 2008; Jeronimo, 2013). Mourelle (2010) pontua tendências políticas e realizações administrativas de Pedro Ernesto à frente da prefeitura do Distrito Federal (DF) durante o período de 1931 a 1936, as quais se projetavam “além das fronteiras da capital da República”. Corroboram essa afirmação indícios da influência da gestão do DF no escopo, nas diretrizes e nas ações do DC, que são pontuados ao longo do texto que se segue e que de certa forma questionam a vanguarda paulistana.

¹ A ampliação de acesso à cidadania apoia-se nos projetos pedagógicos destinados à constituição de plateias (música e teatro, por exemplo), formação (dirigido às crianças matriculadas nos parques infantis), divulgação (público frequentador das bibliotecas municipais), práticas esportivas etc. (Abdanur, 1992).

² Mourelle (2010) acentua que a Secretaria da Educação e Cultura não se restringia ao ensino escolar e constituía “mecanismo de desenvolvimento da cultura nacional. [...] O desenvolvimento da educação e da saúde era visto como um princípio básico ao desenvolvimento da cidadania”.

3 DEPARTAMENTO DE CULTURA

Confere-se a Paulo Duarte e Paulo Barbosa a elaboração do anteprojeto do Departamento de Cultura, mediante a contribuição de diversos especialistas, tais como Anhaia Mello, André Dreyfus, Mário de Andrade, Rubens Borba de Moraes e Sérgio Milliet, ao passo que a proposta de uma rádio-escola, materializada como uma das seções da Divisão de Expansão Cultural, atribui-se a Fernando de Azevedo³ (Raffaini, 2001; Barbato Júnior, 2004).

Instituído com a denominação de Departamento de Cultura e Recreação em 1935, sob a direção de Mário de Andrade, seu programa aproveitou parte da estrutura de serviços e de instituições existentes na Prefeitura nas quatro divisões estabelecidas: Bibliotecas, Documentação Histórica e Social, Educação e Recreios e Expansão Cultural (Ato n. 861, 30/05/1935). Seu escopo pautou-se pelo estímulo e desenvolvimento de iniciativas destinadas a favorecer o movimento educacional, artístico e cultural. Para tanto, deveria promover e organizar espetáculos de arte; tornar acessíveis os serviços de uma estação radiodifusora focada no aperfeiçoamento e extensão da cultura; criar e organizar bibliotecas públicas; organizar, instalar e dirigir parques infantis, campos de atletismo, piscinas e estádios; recolher, colecionar, restaurar e publicar documentos antigos, material e dados históricos e sociais; fiscalizar instituições recreativas e os divertimentos públicos. A concepção, o planejamento e a efetivação de diversas atribuições contavam com a participação de comissões de especialistas ou conselhos técnicos, ao passo que a ampliação da participação da sociedade na implementação das proposições pautava-se na realização de concursos públicos, enquanto a fruição dos resultados era assegurada por intermédio de programas de extroversão, constituição de acervo, entre outros (Ato n. 861, 30/05/1935).

No ano seguinte, a exemplo da reestruturação administrativa implementada no Distrito Federal (Mourelle, 2010), o prefeito Fábio Prado (1934-1938) reorganiza os serviços municipais e institui uma reforma administrativa racional (Abdanur, 1992; *Estado de S.Paulo*, 01/03/1936, p. 5; Ato n. 1.146, 04/07/1936). Concebida em pleno contexto de implementação de seu programa, a revisão dos artigos relativos ao Departamento possibilitaram ajustes e incorporação de medidas destinadas a aperfeiçoá-lo; nesse sentido, o Ato n. 1.146 (04/07/1936) excluiu a Recreação de sua denominação, incluiu uma Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos (DTDP) em seu organograma, especificou as atribuições do diretor do Departamento e de todos os cargos previstos, detalhou os objetivos da Divisão de Expansão Cultural e de cada Subdivisão e Seção de todas as divisões, incorporando e ampliando os elementos constitutivos do escopo inicial definido pelo Ato n. 861 (30/05/1935).

Na definição das competências do Diretor do DC, a quem cabia a supervisão de todos os serviços existentes, bem como de propostas e campanhas culturais de caráter geral estabelecidas pela Prefeitura, inscreveu-se o delineamento, a organização e a execução de plano geral de tombamento e defesa do patrimônio histórico e artístico do Município. Essa formalização da questão patrimonial consolidou os objetivos destinados à preservação do acervo artístico e histórico, a criação de instituições para a guarda desse acervo, a valorização das diretrizes de pesquisas e práticas culturais inspiradas na tradição, no interesse etnológico, folclórico ou popular, bem como na fixação das “paisagens municipais dignas de preservação”⁴. Expressa ainda a importância e contemporaneidade da temática, dado que o anteprojeto de criação de um serviço de preservação do patrimônio artístico no âmbito federal, com um amplo conceito de arte, havia sido concebido por Mário de Andrade⁵ nesse mesmo ano, a pedido do Ministério da Educação e Saúde⁶, atendendo ao princípio da proteção do patrimônio, estabelecido pela Constituição de 1934. O anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN) também fundamentará o projeto para a criação do serviço de defesa

³ Fernando de Azevedo integrou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e trabalhou nas reformas educacionais do Estado do Rio de Janeiro nos anos de 1920 (Mourelle, 2010).

⁴ É importante assinalar o distanciamento dessa diretriz à entrevista concedida por Fábio Prado ao jornal situacionista *O Estado de S.Paulo* (01/03/1936, p. 5) quatro meses antes da publicação do Ato n. 1.146 (04/07/1936). Nessa ocasião o prefeito salientou que sua gestão “descongelaria” as áreas urbanas onde predominavam os “velhos prédios” dos períodos colonial e imperial em prol do progresso e do estabelecimento de uma cidade moderna, situando-se em nítida oposição aos pressupostos do DC destinados a preservar estes testemunhos e paisagem urbana (Abdanur, 1992).

⁵ Para Rubino (1991), o anteprojeto compreende a experiência de Mário de Andrade na administração cultural do Departamento de Cultura, sua visão antropológica e vinculação ao debate sobre o patrimônio histórico e ao movimento neocolonial em curso no país.

⁶ As diretrizes da política cultural do governo Vargas partiam do Ministério da Educação e Saúde (Rubino, 1991; 2002).

do patrimônio histórico e artístico paulista⁷, submetido pelo deputado estadual Paulo Duarte à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em 1937⁸ (RAM - Revista do Arquivo Municipal. São Paulo: Departamento de Cultura/Prefeitura do Município de São Paulo, v. 37, p. 235- 240, 1937; Rubino, 1991).

4 DIVISÃO DE TURISMO E DIVERTIMENTOS PÚBLICOS

No escopo inicial do DC, a Seção de Divertimentos Públicos pertencia à Divisão de Educação e de Recreios (DER), com atribuições destinadas a organizar e estimular os divertimentos públicos inspirados na tradição nacional ou que interessassem à população, bem como a estudar, planejar e executar propaganda das festas de interesse etnológico ou popular, preparar concursos públicos (relacionados aos festejos públicos, festividades populares e tradicionais), pesquisar, estabelecer e efetuar planos de ornamentação da cidade, por ocasião de festas; para tanto, contaria com a assistência de uma comissão de artistas, escritores e jornalistas nomeada pelo diretor do Departamento. Interditava-se a essa comissão, todavia, a fiscalização de parques particulares de divertimento e parques públicos em geral, função pertencente à Diretoria de Polícia Administrativa, e, apesar da proibição de recebimento de dinheiro, cabia-lhe também a expedição de guias de recolhimento de taxas para o funcionamento de divertimentos, espetáculos, cinemas, campeonatos e torneios esportivos, conectando-a ao Departamento da Fazenda, órgão municipal responsável pela arrecadação e contabilidade. Sem descaracterizá-la, a reestruturação do Departamento incorporou-a à recém-criada Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos (DTDP) e vinculou a função concernente à propaganda à Seção de Turismo, também pertencente a essa Divisão (Ato n. 861, 30/05/1935; Ato n. 1.146, 04/07/1936).

Ao situar a DTDP no Departamento de Cultura, observa-se a valorização do aspecto cultural da atividade turística; todavia, cabe apontar a adequação da Seção de Turismo tanto ao Departamento de Serviços Municipais quanto diretamente ao Prefeito, aproximando-a, no segundo caso, do modelo existente no Distrito Federal, que evidencia a sua importância estratégica para a gestão Pedro Ernesto, como destaca Mourelle (2010).

Semmens (2005) problematiza o caráter ideológico conferido à institucionalização da viagem de lazer na Alemanha nazista, em virtude do estabelecimento da gestão pública do turismo no âmbito do Ministério da Propaganda, ou seja, o posicionamento institucional exerce influência direta sobre o escopo da repartição de turismo, fator considerado na análise da DTDP.

Coloca-se como pauta à Seção de Turismo a consolidação de São Paulo como destino turístico, requerendo a divulgação do Município, tanto interna quanto externamente, e o estabelecimento de intercâmbios e relações institucionais. Nesse sentido, era responsável por “organizar e dirigir um conjunto de medidas sistemáticas que desenvolvam o turismo”; atrair ao município “visitantes nacionais e estrangeiros”; veicular propaganda sobre São Paulo em diferentes meios, não só a mídia escrita, mas também o cinema e outros, como o rádio; promover tal propaganda “em todas as representações do Brasil no estrangeiro”, por meio da colaboração com os ministérios competentes, da promoção de eventos em colaboração com outras instituições e do intercâmbio com “todos os centros que mantêm relações com o Município”. Por sua vez, a contratação de intérpretes e cicerones de caráter não permanente complementaria o quadro funcional da DTDP (Ato n. 1.146, 04/07/1936).

À Divisão estipulou-se a responsabilidade por criar as condições destinadas à instalação de restaurante de culinária brasileira e a “propaganda dos produtos e gêneros alimentícios nacionais”. Subvencionada pela DTDP e sob condução direta dela, a proposta ressalta a dimensão do programa cultural do DC, ao difundir a culinária e os produtos e gêneros alimentícios nacionais.

⁷ A existência de uma instância estadual complementar à política de preservação, ao tornar possível a distinção de interesse em diferentes níveis: nacional, estadual e local (Rubino, 2002).

⁸ A apresentação dessa proposta encontra-se inserida em uma campanha deflagrada por Paulo Duarte na imprensa paulistana e publicada na Revista do Arquivo Municipal (RAM, 1937, v. 37, p. 235 a 240), denominada “Contra o vandalismo e extermínio”, que sistematizava suas preocupações com a preservação do patrimônio histórico e artístico dos bens visitados nas expedições realizadas em conjunto com Mário de Andrade, representante do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) no Estado de São Paulo. O referido projeto não seguiu adiante, pois ainda se encontrava em discussão por ocasião da dissolução da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em 1937, com a instauração do Estado Novo (Rubino, 1991).

5 A EFETIVAÇÃO DO TURISMO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Constata-se a correspondência de medidas administrativas e políticas públicas implementadas pelo interventor e depois prefeito eleito do Distrito Federal, Pedro Ernesto Batista (1931-1934 e 1935-1936), na gestão de Fábio Prado na prefeitura paulistana (1934-1938). No âmbito cultural, ela se materializa na constituição de uma repartição específica para esse fim, o Departamento de Cultura, cujo programa de alcance nacional era equivalente ao exemplar carioca, concretizado na Secretaria de Educação e Cultura.

Além da repartição denominada Biblioteca Municipal, essa Secretaria compreendia o Departamento de Educação e sua política educacional de caráter leigo, a Universidade do Distrito Federal, responsável pela promoção de atividades culturais e pela administração da Escola Rádio e do futuro Conservatório de Música. Mas será o tratamento dado ao turismo para “transformar a capital da República num dos principais centros mundiais de turismo” o foco da presente análise.

A criação do Departamento Geral de Turismo (Decreto n. 5.623, 09/09/1935 apud Arquivo, 2014), demonstra a importância atribuída à atividade por Pedro Ernesto, que, para viabilizá-la, investiu sobretudo na organização do carnaval carioca, na liberação do funcionamento dos jogos de azar e na divulgação nacional e internacional da cidade (Arquivo, 2014; Mourelle, 2010).

A trajetória dessa repartição no organograma da prefeitura do Distrito Federal exemplifica a alteração de sua relevância, ao se vincular à Secretaria Geral do Interior e Segurança como Diretoria Geral de Turismo⁹ (Decreto n. 5.623, 09/09/1935), converter-se na Secretaria Geral de Turismo e Propaganda em 1938 (Decreto n. 836, 07/11/1938 apud Arquivo, 2014), até se subordinar à Secretaria do Prefeito em 1940 (Decreto n. 6.620, 11/01/1940), como Departamento Geral de Turismo e Certames (Arquivo, 2014).

No âmbito estadual localiza-se, em 1938, o anteprojeto de criação de Entidades Estaduais para Expansão Turística, destinadas à organização pública do setor, a exemplo das existentes na Europa, mais especificamente na Itália e na França¹⁰. Na esfera federal, a agenda pública de turismo se inicia no âmbito do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE - Decreto n. 24.429, 20/06/1934 apud Daibert, 2016) em 1935, que divulga como parte de seus objetivos a consolidação do turismo entre os países vizinhos, bem como a criação de um Conselho Nacional de Turismo. Note-se, todavia, que não há uma estrutura administrativa destinada à sua efetivação, o que só ocorreria com a criação da Divisão de Turismo, do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939, apesar de não incorporar a sua estrutura o referido Conselho. Tal postura contraria a tendência anterior de integração de representantes de entidades do setor turístico, por meio da anexação de conselhos à administração municipal, tanto do Distrito Federal (1933) quanto da capital paulista (1936), e evidencia o seu caráter autoritário (Daibert, 2016; Arquivo, 2014).

Diferentemente de São Paulo, cuja tônica de sua Divisão de Turismo recaía no aspecto cultural, a do DIP ressaltava o aspecto econômico, o seu potencial multiplicador, destacando-se o papel regulador e de controle dos empreendedores e do mercado. Tal atividade também se viabilizava em outros setores:

[...] pauta de estratégia de diferentes setores da administração pública, como nas políticas de relações internacionais, de comércio exterior, de preservação do patrimônio cultural e principalmente nas políticas urbanas no período (Daibert, 2016, p. 76).

De uma forma geral, discursos são sistematizados nesse período, no sentido de revestir o turismo de conotação positiva, valorizar o seu aspecto civilizatório, posicioná-lo como “vetor de progresso econômico” e divulgar o país no exterior, tanto com o objetivo de incrementar o fluxo turístico quanto de estimular a imigração “útil e necessária” (Guimarães, 2012, p. 122 -129).

⁹ Funcionário do Distrito Federal, Lourival Fontes realiza uma declaração em nome do Departamento de Turismo em 1933, data anterior à sua oficialização como repartição. Almeida (2013) assinala a alteração de sua denominação para Diretoria de Turismo e Propaganda em 1935. Tais fatores encaminham para a constatação de que a legalização se dava posteriormente à ocorrência.

¹⁰ Daibert (2016, p. 68) coteja o anteprojeto à legislação italiana e conclui que, dos quatro projetos apresentados, dois são traduções das leis italianas, ao passo que um deles é uma mescla das legislações italiana e francesa.

6 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa pauta-se pela incorporação de fontes documentais diversas, tais como periódicos, memórias, processos administrativos, legislação e folhetos, mediante adoção da análise de conteúdo (Bauer & Gaskell, 2002; Bardin, 2009).

Para identificar a divulgação das iniciativas da Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos, foram procurados os periódicos digitalizados disponíveis no site da Biblioteca Nacional (BN) relativos à década de 1930, tendo como resultado o *Jornal do Brasil*, o *Jornal de Notícias* e o *Correio Paulistano*. Seleccionados os periódicos, adotou-se a expressão Divisão de Turismo como indexador para a identificação das matérias jornalísticas. A baixa incidência de matérias resultantes da abordagem relativa à instituição paulista decorre da perspectiva adotada e divulgada pelo prefeito em sua entrevista já citada, na qual confidenciou ao repórter a postura de não financiar matérias na imprensa, restringindo a divulgação de iniciativas ao *Diário Oficial do Município de São Paulo (Estado de S.Paulo, 01/03/1936, p. 5)*. Editada pelo Departamento de Cultura, a *Revista do Arquivo Municipal (RAM)* constitui outro veículo privilegiado de divulgação das ações municipais no campo cultural, o que justifica sua incorporação à análise.

O levantamento nos periódicos, por sua vez, trouxe também como resultado o Departamento de Turismo e Propaganda da capital carioca, bem como seu correlato português, possibilitando o entendimento relativo à alteração de denominação, escopo e atividades da instituição carioca e o acompanhamento das realizações da instituição portuguesa.

A pesquisa efetivada no Arquivo Histórico Municipal Washington Luís relativa à década de 1930 centrou-se no fundo documental do Departamento de Cultura, na legislação municipal e na RAM, enquanto aquela realizada na biblioteca municipal Mário de Andrade pautou-se nas obras de Paulo Duarte (1976, 1985) e nas realizações do DC.

Adotou-se a análise de tipo categorial temática para compreender os sentidos contidos nas mensagens dos documentos seleccionados, por meio da identificação do núcleo de sentido que configura cada mensagem, mediante procedimento de análise sistemático e objetivo que requer a desconstrução, identificação de unidades de análise, construção de categorias, interpretação e síntese. Acrescenta-se a rigorosa crítica do documento e articulação ao contexto histórico em que se inscreve, destinada a descortinar as condições da produção de sua mensagem, bem como dados gerais sobre onde foi veiculada e a autoria da narrativa (Bauer & Gaskell, 2002; Bardin, 2009; Luca, 2005; Constantino, 2002).

Nesse sentido, as categorias construídas para a análise das fontes foram: competências, organograma e equipe, divulgação do Município, eventos e receptivo turístico, sendo as três últimas decompostas em subcategorias descritas a seguir. A divulgação do município compreende folheteria, guia turístico, propaganda e revista; a categoria eventos comporta carnaval, Congresso de Língua Cantada, festejos públicos e outros; enquanto receptivo turístico contém hotelaria, patrimônio histórico, represa, restauração e turismo. A esse procedimento seguiu-se a sistematização e cruzamento dos resultados parciais, numa tentativa de reconstruir o contexto no qual se inscrevem.

7 PROPOSTAS E REALIZAÇÕES DA DIVISÃO DE TURISMO E DIVERTIMENTOS PÚBLICOS

À criação da DTDP seguiu-se o provimento de cargos, com a manutenção de Amador Florence¹¹ como chefe da Seção de Divertimentos Públicos e denominação de Nino Gallo¹² como chefe da Seção de Turismo. À carência de infraestrutura para o seu funcionamento¹³, acrescenta-se a insatisfação de Mário de Andrade com o escopo dessa Divisão, pois a política cultural traçada para a instituição sob sua direção não se

¹¹Antigo redator da Agência Americana, Paulo Duarte trabalhara anteriormente com Amador Florence Sobrinho na redação do periódico *Diário Nacional* no final da década de 1920 (Abreu, 2015); ele apresentava-se também como Amador Bueno Florence ou apenas Amador Florence. Apesar da extinção da divisão em 1938, manteve-se como funcionário do expediente do DC (Duarte, 1976; 1985).

¹² Pertencia ao grupo de amigos de Paulo Duarte, tendo com ele residido na cidade de São Paulo entre 1926 e 1931 (Raffaini, 2001).

¹³ Os recursos destinados no orçamento de 1938 eram concernentes à instalação da chefia da DTDP e de suas seções, aquisição de máquinas e móveis de escritório (Lei n. 3664, 10/11/1937).

alinhava a determinadas atribuições, mais próximas dos departamentos da Fazenda ou de Serviços Municipais (Brasil, 1937; Duarte, 1976, p. 210).

Iniciativas para materializar o programa da Seção de Turismo iniciam-se logo após a posse de Nino Gallo, ao requerer licença sem vencimentos e se dirigir ao Distrito Federal com o objetivo de compreender a dinâmica da propaganda e da atividade turística e, conseqüentemente, convencer Mário de Andrade sobre sua pertinência no DC (Duarte, 1985). Estima-se que essa estratégia se encontre associada à visita à Diretoria Geral de Turismo.

Aproximação com os empreendedores do receptivo turístico mediante sua integração ao Conselho de Turismo, propaganda do Rio de Janeiro no exterior e no próprio país, serviço de intérpretes para turistas internacionais, formulação do carnaval como impulsionador do turismo por intermédio de ações de amplo espectro social, tais como a inserção do carnaval no calendário oficial da cidade e nos folhetos turísticos nacionais, apoio aos desfiles das escolas de samba, subvenção aos clubes e festejos carnavalescos, isenção do pagamento de impostos dos bailes de confete, divulgação dos bailes e do carnaval de rua, realização de concurso de cartazes de bailes oficiais de carnaval do Teatro Municipal e concurso de marchas de carnaval são exemplos adotados no Distrito Federal anteriores à visita do representante paulista à referida repartição. No campo do turismo, ainda se verifica o exemplo bem-sucedido de isenção de impostos e emolumentos por tempo determinado para as primeiras construções de grandes hotéis, estimulando a renovação do setor em 1907, ao passo que, na área educacional, situa-se a instigante experiência de uma rádio-escola da Secretaria de Instrução Pública (*Jornal do Brasil*, 06/11/1932, p. 18; 17/11/1932, p. 25; Mourelle, 2010; Almeida, 2013; Marcelo, 2011).

O *corpus* documental revela a influência do programa carioca no escopo e atuação da Seção de Turismo, sobretudo em relação ao receptivo turístico e divulgação da cidade, ao mesmo tempo em que ela se configurava como referência para a organização, extroversão, hospedagem de convidados no contexto das realizações em desenvolvimento na instituição paulista. Esse exemplo se inscreve na modernização da administração pública definida e gerenciada pelo governo federal, além de evidenciar o estabelecimento de um modelo a ser reproduzido.

A historiografia problematiza a influência dos regimes totalitários, principalmente o alemão e o italiano, no Estado Novo, governo ditatorial que se estendeu de 1937 a 1945 (Fausto, 2006). Antecipa a efetivação desse regime de exceção, diretrizes sobre a atividade turística no âmbito municipal claramente influenciadas por modelos europeus de organização do Turismo, sobretudo o italiano e o alemão (Daibert, 2010, 2016). Acrescenta-se a isso a veiculação na imprensa de campanhas publicitárias, a apreciação sobre destinos turísticos internacionais e os pronunciamentos sobre o setor proferidos por representantes do *Touring Club*, o que legitimava o discurso e construía uma expectativa de regulamentação da atividade no país.

A legislação compreende indícios das atividades definidas e executadas pela instância municipal. O orçamento constitui documento privilegiado para essa modalidade de abordagem; nesse sentido, observa-se o caráter sucinto¹⁴ do orçamento de 1936 ao deslindar as ações planejadas para o Departamento, enquanto a edição de 1937 contempla proposições individualizadas para a DTDP (Ofício n. 106, 15/10/1935, *apud* Calil & Penteadó, 2015, p. 264; Brasil, 1936).

No pedido de solicitação de verba encaminhado ao prefeito, Mário de Andrade pontua as dificuldades para a elaboração de estimativas e orçamento para o exercício de 1936, chamando a atenção para o ineditismo das ações. Argumenta sobre a importância da cultura para a formação do homem brasileiro e reforça a responsabilidade do Departamento na fixação das normas culturais do município (Ofício n. 106, 15/10/1935, *apud* Calil & Penteadó, 2015, p. 264).

O equívoco na destinação de verbas confirma-se nos primeiros dias de 1936, ao apresentar orçamento para os festejos carnavalescos e requerer que tal recurso não proviesse da destinação de verbas do DC. Mário de Andrade enumera outros festejos importantes que também contariam com os referidos recursos para a sua realização, tais como as comemorações do centenário de Carlos Gomes e a temporada lírica oficial. Na

¹⁴ O resumo do orçamento destina recursos para material permanente, material de consumo, iniciativas, subvenções e concursos determinados pelo Ato n. 861, pessoal e despesas diversas (Ofício n. 106, 15/10/1935, *apud* Calil & Penteadó, 2015, p. 269).

exposição de seus motivos, evidencia o lucro proporcionado ao comércio paulistano, em razão do incremento da visitação de turistas na cidade no ano anterior e aponta que o planejamento facultaria a ampliação desse benefício econômico e turístico.

Mário de Andrade também questiona o caráter cultural da maioria das manifestações populares reunidas nas festividades carnavalescas, ao que se acrescenta o distanciamento em relação aos valores tradicionais. Inegável é sua importância para um destino turístico, Guimarães (2012) identifica o interesse turístico que o carnaval carioca despertava, incrementando a visitação da capital do país por ocasião dessa festividade desde a década de 1920, demanda que resultava na oferta de novos equipamentos, comodidades e serviços para atendê-la. Assinala a década de 1930 como o momento de intensificação da divulgação do carnaval no exterior, mediante publicação de folheteria, guias turísticos, cartões-postais, veiculação de campanhas na imprensa e no cinema.¹⁵ No caso paulistano, verifica-se a pretensão de equiparar a atração de suas festividades carnavalescas àquela das do Rio de Janeiro, por meio de incentivo, planejamento e divulgação, além de uma série de providências na infraestrutura urbana para acolher a futura demanda turística que despertaria.

Diferentemente do esperado, o recurso público investido na organização do carnaval paulistano suplantou os 550 contos de réis. Ao rememorar o ocorrido, Duarte (1976) alega que a Prefeitura arcou com 1.200 contos de réis e o prefeito necessitou recorrer pessoalmente ao Conselho Consultivo para aprovar as despesas realizadas. A despeito do vultuoso investimento, o carnaval contou com edição regular; todavia, Amador Florence considerou-a positiva e lucrativa à Prefeitura. Apesar desse histórico, nos dois orçamentos anuais subsequentes permaneceu a subvenção ao carnaval, a exemplo do que ocorria na capital carioca.

O orçamento para o ano de 1937 abrange a maioria dos objetivos previstos para a DTDP e contempla outras atividades necessárias a sua execução, como a instalação da chefia da Divisão e de duas seções arroladas em material permanente. Houve a previsão de recursos para o restaurante, a contratação de cicerones e intérpretes, auxílio à banda da Força Pública, concursos de cartazes e de músicas de carnaval, concurso de uma composição para banda, organização de festejos públicos, festividades, ornamentação da cidade, propaganda, encaminhamento de turistas, confecção de guias, cartazes e folheteria para distribuição internacional, recepções e viagens (Ato n. 1146, 04/07/1936; Brasil, 1936).

A destinação de recurso para a implantação e decoração do restaurante apresenta-se em material permanente do orçamento de 1937. Nessa alínea também se encontra arrolada a aquisição de móveis, máquinas, aparelhos etc., que poderia tanto ser destinada unicamente a esse empreendimento, quanto compreender itens relativos à infraestrutura da Divisão.

A explicitação de críticas contundentes à instalação do restaurante fora antecipada por Duarte (1976, p. 236) e relatada em suas memórias: “Há um texto aqui que vai provocar muita crítica e até um pequeno escândalo, mas eu estou louco para ver essa consequência”, o que não demorou a ocorrer. Ele associa comida e cultura para justificar o restaurante projetado para funcionar como um restaurante-escola sob direção de Eugène Wessinger¹⁶. Encantado com a cozinha tradicional brasileira, o chef diplomado na Suíça desenvolveu, documentou em fichas e apontamentos a técnica de estilização de algumas iguarias nacionais, ressignificando os pratos e deslumbrando Paulo Duarte e Mário de Andrade com a experiência.

Provavelmente caberia a Eugène Wessinger socializar essa técnica com outros profissionais da área e interessados, o que justificaria a concepção como restaurante escola, cujo conceito encontra ressonância na política cultural do DC, apesar desse aspecto pedagógico não ter sido localizado nos documentos oficiais.

A efetivação do restaurante “já perfeitamente estudado em suas minúcias (Duarte, 1985, p. 10)” foi precedida pela elaboração de edital de concurso artístico de motivos ornamentais para a constituição de seu material permanente, a ser lançado em 12/11/1937 e encerrado em 15/05/1938. Restrito aos artistas

¹⁵ Aspectos que contaram com o apoio do interventor e depois prefeito do Rio de Janeiro Pedro Ernesto Baptista (Mourelle, n.d.).

¹⁶ Pertencente ao grupo de amigos de Paulo Duarte, Eugène Wessinger estabeleceu na cidade, juntamente com Germain Auroux, o Hotel Terminus, localizado na rua Brigadeiro Tobias, esquina com a rua Washington Luís, e do qual era diretor superintendente por ocasião da elaboração do projeto do restaurante. O restaurante do Terminus era reconhecido pela qualidade da adega, alimentação e serviços. Eugène Wessinger transferiu-se para o Hotel Glória, no Rio de Janeiro, ali falecendo em 1944, com 60 anos de idade e solteiro (Processo n. 34691/1937; Duarte, 1985).

nacionais residentes ou não no Estado de São Paulo, o documento estabelece as regras de participação e de classificação, a composição do júri e o valor da premiação. Com relação ao objeto do concurso, prescrevia motivos nacionais, observar o ineditismo e ser “vasado”. Acredita-se que o edital não chegou a ser publicado, pois no processo não consta a autorização do prefeito ou o seu encaminhamento ao setor competente para esse fim, tendo sido arquivado em 27/07/1938. Tampouco ocorreu a destinação de recursos para a premiação do referido concurso nos orçamentos de 1937 e 1938 (São Paulo, 1937e; Brasil, 1936; Brasil, 1937).

No orçamento de 1938, predomina a organicidade e alguma sofisticação nas despesas arroladas relativas à divulgação do município. Tal orçamento destina recursos para a representação e propaganda do município, filmes de propaganda, pagamento de pessoal especializado em publicidade, auxílios às bandas da Força Pública para realização de concertos ao ar livre e às bandas militares nas grandes datas cívicas, concurso de cartazes e músicas de carnaval, organização de festejos públicos, ornamentação da cidade, confecção de guias e folhetos, serviço fotográfico, fetividades, recepções e viagens (Brasil, 1937).

Denota-se a importância da propaganda no estabelecimento da atribuição da Seção Turismo, tendo sido colocada em exercício por ocasião da realização do Congresso da Língua Nacional Cantada, em 1937, pauta de uma matéria jornalística veiculada no *Jornal do Brasil* (30/06/1937), na qual o restaurante e demais ações desenvolvidas pelo Departamento de Cultura também são explorados.

O texto é indicativo do interesse do prefeito Fábio Prado no desenvolvimento do turismo em São Paulo, para o que concorreria a criação de dois restaurantes turísticos. A localização dos futuros empreendimentos explorava a potencialidade de áreas de intensa circulação, concentração de atividades econômicas e lazer, situadas nas proximidades do principal cartão-postal da área central: o Viaduto do Chá, no Parque Anhangabaú, marcado pela presença de belos arranha-céus, bem como o principal destino de veraneio da cidade, nas margens dos lagos de Santo Amaro, dotados de praias (Interlagos, Sete Praias, Riviera, Praia Azul, Biarritz, Eldorado e Copacabana), clubes de iatismo, hotéis, bares, restaurantes e recreios, onde o paulistano dispunha de natureza, passeios de barco e banho de sol, além de poder praticar natação; ali também seria construído um hotel de “primeira classe” (*Jornal do Brasil*, 30/06/1937; Folheto, s.d.).

Concebida por Mário de Andrade, a pauta do Congresso de Língua Nacional Cantada girava em torno do idioma e da música, erudita e popular, ou seja, tratava-se do primeiro congresso musical do Brasil a discutir a adoção de um padrão comum da língua cantada.

Primeiro congresso dessa modalidade realizado na América do Sul, propunha o “abrasileiramento da música e a adaptação das peças clássicas ao nosso idioma” (Jeronimo, 2013, p. 8), contando com o apoio de intelectuais participantes da Semana de Arte Moderna e de especialistas do país. Programado para ocorrer de 7 a 14/07/1937, no Teatro Municipal, a DTDP concorreu para a sua viabilização, mediante solicitação de diversas providências por parte do Diretor do DC, tais como: a organização de atividades que funcionassem como atrativo turístico durante o período de sua realização para os congressistas e demais participantes, envio de passagens, recepção e viabilização de hospedagem dos congressistas vindos de fora. Na resposta do chefe da Seção, ele sugeriu a divulgação na rádio, realização de “espetáculo popular gratuito, com vozes regionais e músicas brasileiras”, bem como passeios ao Butantã, Santo Amaro e outros pontos de atração (São Paulo, 1937b).

A presença do chefe da Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos de São Paulo, Amador Florence, no Rio de Janeiro para a divulgação do Congresso tornou possível a veiculação de matéria jornalística que articulava a exposição da potencialidade econômica da atividade turística e as dificuldades para a sua promoção, destacava a falta de profissionais competentes para o reconhecimento desse aspecto, chamava a atenção para destinos destituídos de riqueza cultural e natural equivalente aos nacionais e que, ainda assim, obtinham sucesso nessa área no exterior (*Jornal do Brasil*, 30/06/1937).

A matéria aponta os entraves para o desenvolvimento do turismo, aposta no estabelecimento de um convênio entre as duas maiores cidades brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, e a articulação dos ministérios da Justiça e do Exterior, com as respectivas superintendências de polícia para superá-los. Apesar do otimismo expresso acerca da superação das dificuldades relativas ao turismo, nos anos seguintes, em

razão da Segunda Guerra Mundial, o controle sobre a circulação no território e o ingresso de estrangeiros contará com maior rigor policial (Bastos, Salles, & Bueno, 2014; Guimarães, 2012).

Ainda em 1936 evidencia-se uma mobilização da DTDP para a organização da propaganda da cidade, mediante recolha dos documentos necessários para a realização do material de divulgação, o que contradiz afirmações posteriores de que os seus trabalhos não teriam iniciado. Simultaneamente ao levantamento, ocorre a solicitação de cento e cinquenta contos de réis destinados aos gastos em “confecção de impressos, mapas e cartazes, aquisição de fotografias e demais similares de propaganda turística e as expensas em anúncios pela imprensa, estações e rádio etc.” (São Paulo, 1936a). À requisição de detalhamento do referido plano pelo prefeito, Nino Gallo informou a divulgação no *Daily Telegraph*, imprensa, rádio, contratação de técnicos de publicidade, realização de material fotográfico e cinematográfico, divulgação no exterior e nos demais estados brasileiros, impressão de folhetos e guias das imprensas particulares de turismo e publicações diversas. O amadorismo técnico da iniciativa fica patente, em virtude de o detalhamento não precisar tiragem, alcance, regularidade etc., além de o próprio chefe informar que a discriminação de verbas era aproximada. A ausência de encaminhamento por parte do prefeito e o seu arquivamento em 1938 sugerem o insucesso do plano de acordo com o Processo n. 78.107/1936 (São Paulo, 1936).

Castro (1999) problematiza o processo de construção cultural que fundamenta o reconhecimento de uma localidade como turística. De acordo com esse autor, um sistema integrado de significados é criado e concorre para o estabelecimento de sua definição, manutenção e negociação como turísticas. No caso paulistano, o processo antecede à criação do DC e à iniciativa de divulgação turística, tendo sido desencadeado por instituições de turismo organizado, a exemplo do *Touring Club* do Brasil e do Automóvel Club de São Paulo, e empreendimentos de transporte ferroviário e de aviação civil. Tal como se verá na proposta do Consorcio Paulista, narrativas das atrações turísticas da cidade já circulavam em material de divulgação internacional, evidenciando a paisagem e edificações da área central, o Museu da Independência e o Instituto Butantã, antecipando e promovendo expectativas para o que se seguiria com a visita. Trata-se de uma construção articulada de criação e de ressignificação cultural de recursos passíveis de serem convertidos em produto turístico.

Essa iniciativa de propaganda turística para o município, do Departamento de Turismo e Propaganda do Consorcio Paulista S/A do Rio de Janeiro tramita no DC em julho de 1937. A empresa comunica experiência de publicação sobre a cidade no passado e propõe publicação na *The Traveller's Guide to Rio*, com três edições ao ano, com 20 páginas, a um custo de 10:000\$000 cada edição. Com uma tiragem estimada em 50 mil exemplares, o guia era distribuído por agências nacionais e estrangeiras autorizadas, bem como pelo Itamaraty, Departamento Nacional do Café, Ministério do Trabalho e Diretoria Geral de Turismo do Distrito Federal. Constituía, de acordo com os organizadores, “um ótimo elemento de elucidação e de orientação de quantos desejam conhecer o nosso país, através da vida, civilização e factos das duas principais cidades brasileiras”. Apesar do interesse, a ausência de recursos para a realização desse trabalho motiva Amador Florence a sugerir a negociação com o prefeito para o ano seguinte. Esse processo constitui uma evidência do estreitamento das relações com o Rio de Janeiro, destinado a efetivar a divulgação do município paulistano, além de confirmar o protagonismo da DTDP sobre os assuntos relacionados ao turismo no âmbito da Prefeitura (São Paulo, 1937d).

Nesse mesmo ano, Amador Florence (São Paulo, 1937a) encaminha solicitação de contratação de quatro cicerones e intérpretes, com domínio de francês, inglês e um terceiro idioma, para prestar assistência aos turistas. Justifica essa medida em razão das queixas advindas da exploração a que os turistas eram submetidos nas estações, por parte de cicerones, carregadores, motoristas de praça, que eram prejudiciais ao turismo, podendo afetá-lo no futuro. Sugere a organização de um serviço de assistência aos turistas em conjunto com a Delegacia Policial de Turismo e o Departamento de Trânsito. Apesar da importância do assunto, o Prefeito requereu o arquivamento do processo, alegando que o serviço seria contratado no próximo exercício.

A alegação de ausência de recursos para a propaganda turística e a contratação de cicerones e intérpretes em 1937 encontra justificativa no comprometimento do orçamento do DC na organização e realização do Congresso de Língua Cantada. Esse recorrente adiamento à tomada de decisões também explicita a indefinição do exercício político, em razão da instabilidade política existente, culminando com o Golpe de

1937¹⁷ e a exoneração do interventor no governo do Estado de São Paulo e do Prefeito da cidade de São Paulo.

O reconhecimento da DTDP como referência para as questões relativas ao turismo adquire visibilidade na representação da União dos Proprietários de Hotéis, Restaurantes, Confeitarias, Bares, Cafés e Casas Congêneres, que associa o sucesso do turismo na cidade de São Paulo à excelência da prestação de serviços do setor. A petição direcionada visa o ingresso de técnicos estrangeiros para esses empreendimentos mediante argumentação que articula as características do trabalhador nacional, ausência de escolas de formação profissional e incremento do fluxo turístico (São Paulo, 1937c).

O teor do documento tanto sugere que a divulgação no exterior se materializara na presença de turistas estrangeiros na cidade e que tendia a se incrementar, quanto constitui indício de manipulação desse desejo como fundamento da argumentação dos peticionários, ou até mesmo de postura etnocêntrica em relação ao trabalhador nacional.

A União dos proprietários alega que a carência de profissionais adequados impactava o desenvolvimento do setor, atribuindo-lhe a responsabilidade pelo “atraso em que nos encontramos em matéria de hospedagens e comércio de comestíveis e bebidas”. Soma-se a argumentação acerca da índole avessa do brasileiro para a realização dessa modalidade de atividade: “Como não temos profissionais brasileiros em número suficiente, os quais por índole são avessos a essa ordem de trabalho, há premente necessidade de técnicos estrangeiros para esses misteres, que só benefícios advirão para o Brasil”. Articulados politicamente, comunica o envio de demanda semelhante ao deputado federal classista Gastão Vidigal (São Paulo, 1937c).

Facilmente interpretada como etnocêntrica, essa postura dos empreendedores em relação ao trabalhador nacional encontra respaldo no histórico de escravidão e constituição de uma mentalidade que associa o trabalho manual ao trabalho escravo, o que, mesmo após a abolição da escravidão, predominou por longo tempo.

O encaminhamento de Amador Florence reitera a argumentação acerca dos impactos negativos advindos da ausência de profissionais qualificados para atividade turística, e alerta que a natureza da demanda escapava à competência do DC: “ele se prende à legislação do trabalho, matéria privativa do poder legislativo da República” (São Paulo, 1937c). Apesar dessa argumentação, afirma que poderiam colaborar com sugestões ou recorrer sobre essa matéria “aos bons ofícios dos deputados de São Paulo na Câmara Federal” (São Paulo, 1937c). Tal alegação foi acatada pelo Diretor do Departamento, ao mobilizar a Seção de Turismo para sistematizar sugestões a serem enviadas aos peticionários.

A resposta encaminhada à União dos proprietários reproduz a orientação recebida do Departamento Estadual do Trabalho sobre a necessidade de envio de petição ao seu Diretor. Uma vez confirmada a inexistência desses profissionais em São Paulo, um recurso à Superintendência de Ordem Política e Social, com precisão do número e definição das especialidades dos profissionais necessários, requisitaria a sua contratação no exterior. O documento pontua o entrave da legislação federal dos dois terços em vigor para esse expediente: “nossa ação, embora revestida de toda a boa vontade, logo esbarrava em obstáculo sério, quase intransponível no momento, por isso que tudo depende de uma legislação federal especial, eis que perdura, ainda, a obrigação decorrente da chamada ‘lei dos dois terços’”. Essa demanda assinala o questionamento de que talvez constituísse um artifício para possibilitar o ingresso de refugiados no país, decorrente da intensificação de sua perseguição na Europa e da crescente promulgação de legislação para coibir esse fluxo no Brasil (Bastos, Salles, & Bueno, 2014).

Ao ponderar sobre as exigências para o ingresso dos referidos profissionais, o referido parecer destaca que eram justificadas pelas circunstâncias mundiais e acrescenta o distanciamento dessas pessoas ao regime político existente no país (São Paulo, 1937c).

A diretriz da Seção de Turismo em relação à recepção dos integrantes de missões diplomáticas materializa-se na organização de atividades para a Missão Holandesa em visita à cidade em 1937. Em meio às ações arroladas, consta a visita aos Parques Infantis, à Subdivisão de Documentação Social e à Subdivisão de

¹⁷ Caracterizado como uma ditadura e governo centralizado, o Estado Novo inicia-se em 10/11/1937 e se estende até 1945.

Documentação Histórica, pertencentes ao DC, e veiculação de filme em uma sala de cinema sobre as “atividades paulistas” (São Paulo, 1937f).

Por sua vez, o trâmite da solicitação de apoio oficial da Prefeitura para a realização do Segundo Congresso¹⁸ da União dos Proprietários de Hotéis, Restaurantes, Confeitarias, Bares, Cafés e Casas Congêneres na cidade de São Paulo, projetado para janeiro de 1939, revela o reconhecimento do protagonismo da Seção de Turismo em relação ao receptivo turístico. Fica nítida a associação dos empreendimentos hoteleiros com a atividade turística estabelecida pelos peticionários, além da argumentação relativa ao incremento da visitação na cidade, por ocasião do evento. Na manifestação do chefe da Seção de Turismo, ele aponta a importância da atividade e do apoio oficial da Prefeitura à sua realização, argumentando que o evento contribuiria para a divulgação do município, e discorre sobre a importância de entendimentos com a Associação para a coordenação do Congresso. Apesar da solicitação de maiores esclarecimentos em relação ao Congresso e à modalidade de apoio demandada, a ausência de retorno à solicitação redundou no seu arquivamento (São Paulo, 1938a).

A extinção das atividades da Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos em 1938 foi precedida pela publicação de artigos sobre o incremento da atividade turística na cidade, veiculados pela sucursal São Paulo do jornal *A Gazeta* e focados em uma proposta de tornar a oferta turística paulistana complementar à estação turística do Rio de Janeiro, situando-a no início de setembro, por ocasião das comemorações da Independência do país, com programação social, esportiva, industrial e agrícola orientada para os turistas nacionais e estrangeiros. Acrescenta-se disponibilização de intérpretes para os turistas estrangeiros nas estações das estradas de ferro, sobretudo nas estações do Norte e da Luz (São Paulo, 1938b).

Críticas ao Departamento de Cultura na imprensa inscrevem-se no contexto de oposição à administração Fábio Prado, recaindo, sobretudo, na destinação orçamentária relativa à tipografia¹⁹, orquestra, coral, festejos carnavalescos e atividade turística, o que envolvia o pagamento dos funcionários e a criação do restaurante. Fundamentavam-se na prioridade de destinação dos recursos públicos, valorizando obras viárias e de retificação e canalização do rio Tietê, em detrimento ao investimento na área cultural (*Correio Paulistano*, 03/04/1935, p. 5; 03/05/1935, p. 5).

As mudanças advindas do novo regime materializaram-se no recuo da Prefeitura na oficialização do carnaval paulista, exoneração de Mário de Andrade da diretoria do DC, desvinculação da Seção de Divertimentos Públicos da DTDP e vinculação à Guarda Civil como Divisão de Divertimentos Públicos, supressão de vários cargos do quadro de funcionários municipais e do cargo de chefia da DTDP (Ato n. 1.407, 16/05/1938; Ato n. 1.460, 19/08/1938; *Correio Paulistano*, 19/08/1938, p. 5; São Paulo, 1938b; Duarte, 1985).

8 CONCLUSÃO

O artigo contribui com a historiografia do turismo ao deslindar a pioneira Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos da cidade de São Paulo. A partir de determinações do governo federal, Fábio Prado personalizou sua gestão ao fomentar a cultura, tendo no DC o “projeto de maior repercussão da prefeitura” (Abdanur, 1992, p. 51). Tal constatação, no entanto, não dimensiona a influência do programa carioca sobre o escopo e as diretrizes do DC e, mais especificamente, sobre a concepção e instrumentalização da política de turismo destinada à promoção da imagem da cidade e, conseqüentemente, do incremento da visitação e da economia municipal.

A reserva expressa por Mário de Andrade em correspondência encaminhada a Paulo Duarte (1985), na qual admite ter falhado com o Turismo, o projeto da rádio escola e a edição do carnaval de 1936, demonstra a falta de articulação entre essas diretrizes emanadas do Distrito Federal e a política cultural do DC. Ao estimular os divertimentos públicos inspirados na tradição nacional, o DC estava simultaneamente preservando-os e divulgando-os. No mesmo sentido encontram-se as arrojadas iniciativas de concepção do

¹⁸A primeira edição do Congresso de Hoteleiros ocorrera no Rio de Janeiro.

¹⁹A tipografia foi criada com o objetivo de minimizar os custos relativos à impressão de impressos e boletins da Prefeitura, bem como à publicação da Revista do Arquivo Municipal. Além de comercializada, a RAM apresentava anunciantes que pagavam por espaços para a divulgação de seus produtos. Desconhece-se, no entanto, como se dava a apuração da receita proveniente dessa fonte e se ocorria a divulgação dos valores arrecadados.

restaurante e a idealização do Congresso de Língua Cantada, no caso, a comida e a língua são elementos constituintes da cultura e identidade de um povo, articulados à nacionalidade e, conseqüentemente, em consonância com a política federal.

Durante os anos 1936 a 1938, a DTDP apoiou as ações do DC, sobretudo aquelas relacionadas à organização e divulgação de eventos, criação de roteiros de visitação turística na cidade, hospedagem de convidados etc., ao mesmo tempo em que se configurava como referência para os assuntos relativos ao receptivo turístico e divulgação da cidade, tanto no âmbito da prefeitura quanto no âmbito da associação de classe do setor de hospitalidade. Precedem sua extinção a indefinição política de 1937 e, conseqüentemente, o adiamento na aprovação das sugestões encaminhadas pela Divisão, agravados pela contestação de eficácia de suas realizações, após a proposta, desencadeada na imprensa paulistana e corroborada pelo diretor da Divisão, de tornar sua oferta turística complementar à do Rio de Janeiro.

A despeito dos estudos correlatos sobre repartições de turismo em outros municípios (Daibert, 2010, 2011, 2016; Marroquim, 2015), ou na instância federal (Guimarães, 2011), nossa história do turismo demanda a realização de pesquisas que identifiquem as influências externas e se atenham ao escopo, diretrizes e atividades dessas repartições nos diversos municípios nacionais, especialmente no Distrito Federal, em razão de sua importância precursora, como assinalado ao longo do artigo. Apesar das dificuldades da pesquisa com fontes primárias, sobretudo em razão das características da organização e estado de conservação dos acervos de arquivos brasileiros, instiga-se os pesquisadores da área a realizá-las a partir de perspectivas históricas de análise.

REFERÊNCIAS

- Abdanur, E. F. (1992). *Os "Ilustrados" e a política cultural em São Paulo. O Departamento de Cultura na Gestão Mário de Andrade (1935-1938)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Abreu, A. A. de. (2015). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Almeida, P. C. de. (2013). *Um samba de várias notas: estado, imprensa e povo no Brasil (1932-1935)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. (2014). *Administração pública municipal: a estrutura e os titulares da Comissão de Intendência à Prefeitura do Rio (1889-2012)*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/Casa Civil/Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.
- Ato n. 1.146, 04/07/1936. (1937). Consolida e modifica disposições referentes aos serviços, repartições e funcionários da Prefeitura e dá outras providências. *Leis, Resoluções e Atos do Município de São Paulo do ano de 1936*. São Paulo.
- Ato n. 1.407, 16/05/1938. (1939). Suprime vários cargos vagos do quadro do funcionalismo municipal. In: *Leis, Resoluções e Atos do Município de São Paulo do ano de 1938*. São Paulo.
- Ato n. 1.460, 19/08/1938. (1939). Extingue o cargo da Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos, do Departamento de Cultura. In: *Leis, Resoluções e Atos do Município de São Paulo do ano de 1938*. São Paulo.
- Ato n. 861, 30/05/1935. (1936). Organiza o Departamento de Cultura e de Recreação. In: *Leis, Resoluções e Atos do Município de São Paulo do ano de 1935*. São Paulo.
- Barbato Júnior, R. (2004). *Missionários de uma utopia nacional-popular: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo*. São Paulo: Annablume.
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo* (Edição revista e actualizada). Lisboa: Edições 70.
- Bastos, S.; Salles, M. do R. R. & Bueno, M. S. (2014). Turismo e imigração: Por uma política de hospitalidade no Brasil entre 1937 e 1951 1. *Rosa Dos Ventos*, 6(2), 197-216.
- Bauer, M. W. & Gaskell, G. (2002). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes.
- Botelho, I. (2007). A política cultural e o plano das ideias. Salvador. *Anais III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Salvador: ENECULT.

- Brasil (1936). Lei n. 3.539, 23/11/1936. Orça a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 1937. *Leis, Resoluções e Atos do Município de São Paulo do ano de 1936*. São Paulo.
- Brasil (1937). Lei n. 3.664, 10/11/1937. Orça a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 1938. *Leis, Resoluções e Atos do Município de São Paulo do ano de 1937*. São Paulo.
- Calil, C. A. & Penteado, F. R. (2015). *Me esqueci completamente de mim, sou um departamento de Cultura*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Carlini, Á. (1993). *Cachimbo e maraca: o catimbo da Missão (1938)*. São Paulo: Centro Cultural São Paulo.
- Carlini, Á. (2000). *A viagem na viagem: maestro Martin Braunwieser na Missão de Pesquisas Folclóricas do Departamento de Cultura de São Paulo (1938). Diário e correspondências à família*. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Castro, C. (1999). Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro. In: Velho, G. *Antropologia urbana. Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, pp. 80-87.
- Claro, S. F. (2008). *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo: um espaço de construção da nova identidade paulista após 1932*. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Constantino, N. S. (2002). Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades. *Estudos Ibero-Americanos*, 28(1), 183-194. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2002.1.23794>
- Correio Paulistano. (1935). Notas e Comentários. Edição n. 24.241, 03/04/1935, p. 5.
- Correio Paulistano. (1935). Lá vem renovação. Edição 24.266, 03/05/1935, p. 5.
- Correio Paulistano. (1938). Extinto o cargo de chefe da Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos. Edição 25.291, 19/08/1938, p. 5.
- Costa, A. T. da. (1997). *Ler (n)a cidade: políticas de popularização da leitura em São Paulo (1935-1938)*. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Daibert, A. B. D. (2010). *História do Turismo em Petrópolis entre 1900 e 1930*. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- Daibert, A. B. D. (2011). Narrativas e imágenes del turismo en Petrópolis, Brasil, a principios del siglo xx. *Estudios y Perspectivas En Turismo*, 20, 190-212.
- Daibert, B. D. (2016). *Planejamento urbano e turismo no estado novo (1937-1945)*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Duarte, P. (1976). *Memórias. Os mortos de Seabrook*. São Paulo: Hucitec.
- Duarte, P. (1985). *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: Editora Hucitec/PMSP/SMC.
- Estado de S. Paulo (1936). *Administração Municipal*. Publicado em 01/03/1936, p. 5.
- Faria, A. L. G. (1995). Origens da rede pública municipal de educação infantil na cidade de São Paulo: O departamento de cultura e os parques infantis de Mário de Andrade (1935-1938). *Pro-Posições*, 6(2), 34-45.
- Fausto, B. (2006). *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp.
- Folheto turístico São Paulo. (s.i.). A cidade que mais cresce no mundo. s.i.
- Gomes, D. P. (2008). *O Departamento Municipal de Cultura de São Paulo (1935-1938): políticas de criação de bibliotecas e democratização de leitura*. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Guimaraes, V. L. (2011). A Conquista das férias: breve história do turismo na Argentina. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 5(3), 433-437. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v5i3.449>
- Guimarães, V. L. (2012). *O turismo levado a sério: Discursos e relações de poder no Brasil e na Argentina (1933-1946)*. Tese (Doutorado em História Comparada), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Jeronimo, L. F. (2013). Congresso de Língua Nacional Cantada: língua e linguagem na crônica de Mário de Andrade. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal: ANPUH.
- Jornal do Brasil. (1932). Edição 265. Publicado em 06/11/1932, p. 18.

Jornal do Brasil. (1932). *Edição 274*. Publicado em 17/11/1932, p. 25.

Jornal do Brasil. Turismo e Arte. (1937). *Edição 151*. Publicado em 30/06/1937.

Luca, T. R. (2005). História dos, nos e por meio dos periódicos. In: *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, p. 111-153.

Marcelo, H. V. (2011). *Patrimônio Cultural e Turismo no Brasil em perspectiva histórica: encontros e desencontros na cidade de Paraty*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Marrichi, J. M. O. (2015). *Vilegiaturas de prazer e a formação de uma cultura burguesa na cidade balneária de Poços de Caldas entre os anos de 1930 e 1940*. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Marroquim, D. S. M. (2015). *Entre sujeitos e instituições: turismo no Recife entre os anos de 1939 e 1944*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco.

Mourelle, T. C. (2010). *Trabalhismo de Pedro Ernesto: limites e possibilidades no Rio de Janeiro dos anos 1930*. Curitiba: Juruá Editora.

Mourelle, T. C. (n.d.). Pedro Ernesto Baptista: um projeto político inovador de interventor federal a primeiro prefeito eleito da história do Rio de Janeiro. *AEDOS*, 2(3), 183-203.

Nogueira, A. G. R. (2005). *Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário*. São Paulo: Editora Hucitec.

Piglia, M. (2008). La incidencia del Touring Club Argentino y del Automóvil Club Argentino en la construcción del turismo como cuestión pública: 1918-1929. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 17(1), 51-70. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1851-17322008000100003&script=sci_arttext&lng=pt

Piglia, M. (2011). The awakening of tourism: the origins of tourism policy in Argentina, 1930–1943. *Journal of Tourism History*, 3(1), 57-74. <https://doi.org/10.1080/1755182X.2011.575956>

Raffaini, P. T. (2001). Esculpindo a cultura na forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938). São Paulo: Humanitas .

RAM - Revista do Arquivo Municipal. São Paulo: Departamento de Cultura/Prefeitura do Município de São Paulo, v. 37, v. 37, p. 235- 240, 1937

Rubino, S. (1989). Clubes de pesquisadores. In S. et al. MICELI (Ed.), *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: IDESP.

Rubino, S. (1991). As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Rubino, S. (2002). A memória de Mário. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, (30), 138-155.

Sandroni, C. (1988). Mário contra Macunaíma: cultura e política em Mário de Andrade. São Paulo/Rio de Janeiro: Edições Vértice/luperj.

São Paulo. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Secretaria Geral Parlamentar. Departamento de Documentação e Informação (1941). *Decreto-Lei n. 11.849, de 13/02/1941. Cria o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda e dá outras providências*. Publicado na Secretaria do Palácio do Governo, aos 13 de fevereiro de 1941.

São Paulo. Prefeitura do Município de São Paulo. Fundo Departamento de Cultura. (1936a) *Processo n. 76.219/1936. Solicita providências urgentes sobre informações e documentos com os quais a Seção de Turismo possa organizar a propaganda do Município*. São Paulo: Arquivo Histórico Municipal Washington Luís.

São Paulo. Prefeitura do Município de São Paulo. Fundo Departamento de Cultura. (1936) *Processo n. 78.107/1936. Solicita crédito de 150:000\$000 destinado aos gastos em confecção de impressos, mapas e cartazes, aquisição de fotografias e demais similares de propaganda turística e as expensas em anúncios pela imprensa, estações de rádio etc*. São Paulo: Arquivo Histórico Municipal Washington Luís.

São Paulo. Prefeitura do Município de São Paulo. Fundo Departamento de Cultura (1937a) *Processo n. 33.499/1937. Solicita contrato pelo prazo de seis meses, de quatro cicerones e intérpretes, a fim de atender aos turistas que visitam esta capital*. São Paulo: Arquivo Histórico Municipal Washington Luís.

São Paulo. Prefeitura do Município de São Paulo. Fundo Departamento de Cultura. (1937b) *Processo n. 34.691/1937. Projeto de Lei. Decreto. Portaria*. São Paulo: Arquivo Histórico Municipal Washington Luís.

São Paulo. Prefeitura do Município de São Paulo. Fundo Departamento de Cultura. (1937c) *Processo n. 52.680/1937. Remete ofício da União dos Proprietários de Hotéis, Restaurantes, Confeitarias, Bares, Cafés e Casa Congêneres, solicitando a entrada no país de profissionais estrangeiros, técnicos em serviços de hotéis etc.* São Paulo: Arquivo Histórico Municipal Washington Luís.

São Paulo. Prefeitura do Município de São Paulo. Fundo Departamento de Cultura. (1937d) *Processo n. 53.877/1937. Remete proposta do Departamento de Turismo e Propaganda do Consórcio Paulista S/A para publicação de Propaganda deste Município*. São Paulo: Arquivo Histórico Municipal Washington Luís.

São Paulo. Prefeitura do Município de São Paulo. Fundo Departamento de Cultura. (1937e) *Processo n.78.293/1937. Solicita, para ser publicado no Diário Oficial e demais jornais de grande circulação, um aviso referente ao concurso dos motivos ornamentais e decorativos*. São Paulo: Arquivo Histórico Municipal Washington Luís.

São Paulo. Prefeitura do Município de São Paulo. Fundo Departamento de Cultura (1937f) *Processo n. 26.254/1937. Solicita fornecimento urgente de diversos exemplares da obra: Plano de Avenidas do Engenheiro Prestes Maia*. São Paulo: Arquivo Histórico Municipal Washington Luís.

São Paulo. Prefeitura do Município de São Paulo. Fundo Departamento de Cultura (1938a) *Processo n. 28.759/1938. Transmitindo pedido de apoio da Prefeitura para a realização do Segundo Congresso da União dos Proprietários de Hotéis, Restaurantes etc. em 1939*. São Paulo: Arquivo Histórico Municipal Washington Luís.

São Paulo. Prefeitura do Município de São Paulo. Fundo Departamento de Cultura (1938b) *Processo n. 29.279/1938. Sobre o Turismo Paulistano*. São Paulo: Arquivo Histórico Municipal Washington Luís.

Semmens, K. (2005). 'Travel in Merry Germany': *Tourism in the Third Reich*. In *Histories of tourism: Representations, identity and conflict*. Clevedon: Channel View Publications Clevedon, UK, p. 144-161.

Towner, J. (1988). Approaches to tourism history. *Annals of Tourism Research*, 15(1), 47-62. [https://doi.org/10.1016/0160-7383\(88\)90070-9](https://doi.org/10.1016/0160-7383(88)90070-9)

Walton, J. K. (2005). Introduction. In Walton, J. K. (Ed.) *Histories of tourism: Representation, identity and conflict*. Clevedon: Channel View Publications, pp. 1-18.

Walton, J. K. (2009). Prospects in tourism history: Evolution, state of play and future developments. *Tourism Management*, 30(6), 783-793. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2009.05.010>

Informações da autora

Sênia Regina Bastos

Professora e pesquisadora do Programa de Pós Graduação Mestrado e Doutorado em Hospitalidade, da Universidade Anhembi Morumbi. Doutora em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, seu interesse acadêmico e de pesquisa incluem hospitalidade, história do turismo, imigração e patrimônio cultural.

E-mail: bseniab@terra.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9978-1836>